

Coisas da Política

JORNAL DO BRASIL Collor vai até a recessão na luta contra a inflação

Novamente o governo tentará o pacto social. Tema que aparece e desaparece com igual frequência na história recente do país. É a segunda vez que o presidente Collor tenta acordo deste tipo nestes seus seis meses de governo; a primeira, em maio, através da ministra Zélia Cardoso de Mello, e agora pelos ministros Bernardo Cabral e Rogério Magri. É mais um instrumento que Collor busca na sua obstinada luta contra a inflação. Objetivo que pretende alcançar a ferro e fogo, custe o que custar. Por isto busca o entendimento nacional, porque acredita que assim o país sairá mais depressa da crise e evitará a recessão, o desemprego. Será o meio menos doloroso de liquidar definitivamente com a inflação. O presidente está convencido de que a modernização do país só será viável com economia estável, isto é, com inflação baixa, e está disposto a enfrentar todas as dificuldades para alcançar seu objetivo.

O governo tem sido impiedoso na luta contra a inflação: seqüestrando a poupança, comprou brigas com as elites, atingiu a classe média, sindicatos, funcionários públicos, demitiu, cortou gastos, enfrentou monopólios, oligopólios, cartéis, e ameaçou empresários. Bateu pra todo lado. Mas tudo isto não foi suficiente para acabar com a cultura inflacionária brasileira. É verdade que a inflação está a 10%, mas ainda é muito alta. Collor deseja que o país, a partir de março do próximo ano, passe a conviver com níveis civilizados de inflação. Embora não fixe metas, o presidente acredita que, para um país em desenvolvimento, inflação na ordem de 3 a 5% ao mês seria razoável.

A ministra Zélia Cardoso de Mello preocupa-se com inquietantes sinais de reativação dos preços em setembro. Para prevenir-se de uma nova onda inflacionária começou, desde meados do mês passado, a traçar estratégia para enfrentá-la. Zélia acertou com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, um novo arrocho monetário. O governo vai enxugar o mercado, isto é, tirar dinheiro da praça. Espera-se assim desativar o consumo e, consequentemente, obrigar queda nos preços. Esta é uma velha receita econômica, usada no mundo inteiro, e geralmente eficaz. O mal é que esta política provoca a recessão. E Collor está disposto a enfrentar a recessão, mas não abre mão do combate à inflação.

É aí que entra o acordo nacional entre trabalhadores, empresários e governo. Um acerto geral pode atenuar reivindicações trabalhistas e acabar com a pressão altista nos preços. O difícil é chegar a ele. O Brasil já assistiu a várias tentativas. Nenhuma deu certo. Tanto que o tema anda até desgastado perante a opinião pública. O último fracasso foi atribuído à intransigência da CUT, ligada ao PT, que depois de aceitar, em princípio, os

pontos básicos do acordo, voltou atrás na mesa de negociação. Em maio, entretanto, a CUT sentia-se mais forte. Não tinha sofrido derrotas em greves, nem perdido causas no TST. A CUT recusou o entendimento muito mais movida pela influência dos sindicatos dos servidores públicos do que pela vontade dos trabalhadores da iniciativa privada e isto trouxe-lhe desagradáveis consequências internas.

Ainda em maio, pouco depois do fracasso, o vereador Eduardo Suplicy, candidato a senador pelo PT, em São Paulo, em encontro casual com o economista Antônio Kandir, assessor da ministra Zélia, recomendou-lhe que não desistisse de tentar o pacto. Pediu que da próxima vez não se limitasse a conversar apenas com lideranças de trabalhadores e empresários, mas incluísse os partidos políticos. O presidente Collor, segundo um de seus assessores, é favorável ao diálogo o mais amplo possível. Os partidos políticos poderão ser convidados a participar mesmo em pleno período eleitoral. Até o PT, mas dificilmente o PDT. Ocorre que o PT tem limitadas chances de chegar ao poder em qualquer estado. O eleitorado parece repudiar propostas mais à esquerda, e as alas radicais do partido sobrepuseram-se aos moderados nas convenções que escolheram os candidatos. Hoje amargam o erro. O diálogo com a sociedade poderia ajudar o partido a mostrar sua face mais moderada, atenuando resistências do eleitorado.

A CUT, por sua vez, atravessa momento difícil. Sua proposta de greve geral esvaziu-se. Nenhum líder da CUT acredita honestamente que haja chance de parar o país tão cedo. Nesta situação, sentar-se à mesa do pacto poderia ajudar a central a sair da sua própria crise. O líder Jair Meneguelli teve pressa, na última sexta-feira, horas depois de Bernardo Cabral e Rogério Magri terem proposto o acordo, em declarar-se favorável à proposta. Prometeu estar quarta-feira em Brasília para a primeira rodada de conversas.

De qualquer modo, o presidente Collor sabe que não será fácil fechar um acordo nacional. A ex-ministra do Trabalho Dorothea Werneck, candidata a vice-governadora pelo PSDB de Minas, em rodada de conversas em São Paulo, semana passada, avisou: "Todos temos o dever de tentar o pacto, mesmo que demore dez anos para concretizá-lo". É possível que, diante da inflexibilidade da política antiinflacionária do governo, a expectativa de desemprego em massa e de quebra-deira na indústria diminua resistências e intolerâncias em relação ao pacto. O governo acredita que se Espanha, Israel e México conseguiram acordo, é possível realizá-lo também no Brasil. Mas com ou sem ele, Collor não cederá em nada na sua determinada luta contra a inflação.

Etevaldo Dias